



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0310055-4

IMPETRANTE: Lucas Souza Pinto da Silva

IMPETRADO: Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

171

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. EXCLUSÃO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, A BEM DA DISCIPLINA. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REGULAR. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Principiando o enfrentamento da matéria de fundo da presente lide, cumpre assinalar que, no âmbito do controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar, é vedado ao Poder Judiciário adentrar no mérito do julgamento administrativo, devendo ser analisados tão-somente os aspectos de legalidade que revestem o ato. 2. Nessa perspectiva, impõe-se limitar a análise do presente *mandamus* à aferição da regularidade do procedimento administrativo disciplinar, quanto às exigências da legislação de regência e dos princípios do contraditório e da ampla defesa. 3. No caso concreto, o impetrante foi acusado de cometer ato desabonador à honra pessoal, ao pundonor e ao decoro da classe policial militar, tendo incorrido no que dispõe o art. 2º, I, "a", "b" e "c" do Decreto Estadual nº 3.639/75, por ter sido *"responsável direto pela lesão corporal que provocou a morte de Elinaldo Pereira da Silva"*, nos termos da decisão fundamentada do Secretário de Defesa Social, que se reportou aos *"fundamentos fáticos e jurídicos esposados no Relatório da Comissão Processante (fls. 612/628), no Parecer Técnico (fls. 652/656), e no Despacho Homologatório nº 009/2013-CG/SDS do Corregedor Geral, datado de 30JAN2013 (...)"*, sendo certo que, dos documentos mencionados na decisão, o impetrante só fez juntar aos autos cópia do relatório da 5ª Comissão Permanente de Disciplina Policial Militar. 4. No ponto, registre-se que a pena de exclusão, a bem da disciplina, pode ser aplicada pelo Secretário de Defesa Social em relação a todos os integrantes das Corporações Militares Estaduais, à vista do disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.817/2000. 5. Ademais, é cediço que a esfera administrativa é soberana para julgar o ilícito administrativo que constitua, também, em tese, ilícito penal. 6. Assim sendo, a imposição de sanção disciplinar pela Administração Pública prescinde de anterior julgamento na esfera criminal, consoante o amplo entendimento consolidado nos Tribunais Superiores sobre o tema. 7. Por outro lado, não restou comprovada a ocorrência de prejuízo à defesa do impetrante, tendo em vista a ampla instrução do procedimento administrativo disciplinar, consoante se observa da leitura do relatório da 5ª Comissão Permanente de Disciplina Policial Militar, carreado aos autos pelo próprio impetrante, no qual há referência expressa às diligências encetadas pela comissão para o cumprimento da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, incluindo a menção a requerimento firmado pelo defensor do impetrante, Dr. Everaldo de Carvalho Cerqueira – OAB/PE nº 19.888, a participação deste nas audiências de inquirição de testemunhas (o que se comprova da leitura dos termos de audiência acostados) e o enfrentamento das alegações finais da defesa. 8. Inclusive, conforme restou firmado nas alegações finais da defesa, *"o aconselhado foi notificado e citado, as fls. 238/240 recebeu o libelo acusatório, as fls. 256/259, procedeu-se o interrogatório, apresentou o rol de testemunhas, as fls. 403/526"* (sic), não tendo sido argüida naquela oportunidade qualquer nulidade no bojo do procedimento administrativo disciplinar, limitando-se o defensor do acusado a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

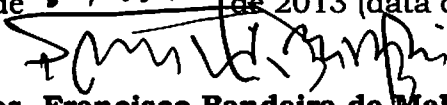
172

averbar a suspeição dos parentes da vítima para servirem de testemunhas, tese esta refutada pela comissão processante no relatório final. 9. Nesse contexto, em que ausentes os requisitos de liquidez e certeza do direito invocado, é de rigor a denegação da segurança. 10. Segurança denegada, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0310055-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em denegar a segurança, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 13 de outubro de 2013 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0310055-4

IMPETRANTE: Lucas Souza Pinto da Silva

IMPETRADO: Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Mandado de Segurança** ajuizado em face do ato que excluiu o impetrante, a bem da disciplina, da Polícia Militar de Pernambuco, nos termos da deliberação do Secretário de Defesa Social nos autos do Conselho de Disciplina nº 10.102.1010.00001/2012.2.4, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de março de 2013 (fls. 44).

Sustenta o impetrante, em suma, que foi excluído dos quadros da Polícia Militar de Pernambuco após uma *"apuração direcionada e unilateral"* realizada pela 5ª Comissão Permanente Disciplinar da PMPE, que não levou em consideração as alegações finais da defesa, segundo a qual o procedimento administrativo disciplinar possuía duas versões, existindo contradição no depoimento das testemunhas arroladas pela comissão processante.

Pugna, ao final, pela anulação do ato de exclusão editado pela autoridade coatora, *"por incompetência e por falta de elementos probantes e para aguardar a decisão judicial do processo que ora tramita na VARA DA COMARCA DO CABO, AINDA PENDENTE DE JULGAMENTO"*.

Nas informações de fls. 141/153, a autoridade impetrada averbou, em síntese, (i) que o ato de exclusão do servidor na via administrativa é distinto da perda do posto ou da graduação prevista no art. 125, § 4º da CF/88, que cuida da aplicação de pena acessória no julgamento dos crimes militares pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco; (ii) que a exclusão do impetrante foi efetivada por autoridade competente e com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, sendo vedado ao Judiciário a análise do mérito administrativo da decisão, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes; e (iii) que o relatório final da comissão processante concluiu que o impetrante não possuía condições de permanecer nas fileiras da Corporação, uma vez que as provas carreadas aos autos o apontaram como autor da lesão corporal que vitimou fatalmente o Sr. Elinaldo Pereira da Silva, conduta essa incompatível com a função policial militar e passível de punição na via administrativa, tendo em vista a independência entre as instâncias civil, administrativa e penal.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da segurança (fls. 159/164).

É o essencial a relatar.

Tendo em conta tratar-se de **Mandado de Segurança**, que dispensa a revisão, determino a inclusão em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

113.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0310055-4

IMPETRANTE: Lucas Souza Pinto da Silva

IMPETRADO: Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Principiando o enfrentamento da matéria de fundo da presente lide, cumpre assinalar que, no âmbito do controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar, **é vedado ao Poder Judiciário adentrar no mérito do julgamento administrativo, devendo ser analisados tão-somente os aspectos de legalidade que revestem o ato.**

Nessa perspectiva, impõe-se limitar a análise do presente *mandamus* à aferição da regularidade do procedimento administrativo disciplinar, quanto às exigências da legislação de regência e dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

No caso concreto, o impetrante foi acusado de cometer ato desabonador à honra pessoal, ao pundonor e ao decoro da classe policial militar, tendo incorrido no que dispõe o art. 2º, I, "a", "b" e "c" do Decreto Estadual nº 3.639/75, por ter sido "*responsável direto pela lesão corporal que provocou a morte de Elinaldo Pereira da Silva*", nos termos da decisão fundamentada do Secretário de Defesa Social (fls. 44), que se reportou aos "*fundamentos fáticos e jurídicos esposados no Relatório da Comissão Processante (fls. 612/628), no Parecer Técnico (fls. 652/656), e no Despacho Homologatório nº 009/2013-CG/SDS do Corregedor Geral, datado de 30JAN2013 (...)*", sendo certo que, dos documentos mencionados na decisão, o impetrante só fez juntar aos autos cópia do relatório da 5ª Comissão Permanente de Disciplina Policial Militar às fls. 57/72.

No ponto, registre-se que a pena de exclusão, a bem da disciplina, pode ser aplicada pelo Secretário de Defesa Social em relação a todos os integrantes das Corporações Militares Estaduais, à vista do disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.817/2000.

Ademais, é cediço que **a esfera administrativa é soberana para julgar o ilícito administrativo que constitua, também, em tese, ilícito penal.**

Assim sendo, a imposição de sanção disciplinar pela Administração Pública prescinde de anterior julgamento na esfera criminal, consoante o amplo entendimento consolidado nos Tribunais Superiores sobre o tema:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: DEMISSÃO. ILÍCITO ADMINISTRATIVO E ILÍCITO PENAL. INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA: AUTONOMIA. PRESCRIÇÃO: Lei 8.112/90, art. 142. I - Ilícito administrativo que constitui, também, ilícito penal: o ato de demissão, após procedimento administrativo regular, não depende da conclusão da ação penal instaurada contra o servidor por crime contra a administração pública, tendo em vista a autonomia das instâncias. II. - Precedente do STF: MS 23.401-DF, Velloso, Plenário. III. - Na hipótese de a infração disciplinar constituir também crime, os prazos de prescrição previstos na lei penal têm aplicação: Lei 8.112/90, art. 142, § 2º. Inocorrência de prescrição, no caso. IV. - Alegação de flagrante preparado: alegação impertinente no procedimento administrativo. V. - Mandado de segurança indeferido. (STF. MS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

174

23242/SP, Relator: Ministro Carlos Velloso, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, DJ: 17-05-2002 PP-00059". Grifei.

"ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR REFORMADO. INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PUNIÇÃO PELO CONSELHO DE DISCIPLINA. POSSIBILIDADE. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. É firme o entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que as esferas criminal e administrativa são independentes, estando a Administração vinculada apenas à decisão do juízo criminal que negar a existência ou a autoria do crime.
2. Por expressa previsão na legislação local, o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Maranhão é competente para aplicar sanções disciplinares aos militares da reserva.
3. Recurso ordinário improvido. (STJ. RMS 19493/MA, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, julgamento: 03/10/2006)". Grifei.

Por outro lado, não vislumbro comprovada a ocorrência de prejuízo à defesa do impetrante, tendo em vista a ampla instrução do procedimento administrativo disciplinar, consoante se observa da leitura do relatório da 5ª Comissão Permanente de Disciplina Policial Militar, carreado aos autos pelo próprio impetrante às fls. 57/72, no qual há referência expressa às diligências encetadas pela comissão para o cumprimento da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, incluindo a menção a requerimento firmado pelo defensor do impetrante, Dr. Everaldo de Carvalho Cerqueira - OAB/PE nº 19.888, a participação deste nas audiências de inquirição de testemunhas (o que se comprova da leitura dos termos de audiência acostados às fls. 86/98) e o enfrentamento das alegações finais da defesa (fls. 66/69).

Inclusive, conforme restou firmado nas alegações finais da defesa, acostadas por cópia às fls. 113/121, "o aconselhado foi notificado e citado, as fls. 238/240 recebeu o libelo acusatório, as fls. 256/259, procedeu-se o interrogatório, apresentou o rol de testemunhas, as fls. 403/526" (sic), não tendo sido argüida naquela oportunidade qualquer nulidade no bojo do procedimento administrativo disciplinar, limitando-se o defensor do acusado a averbar a suspeição dos parentes da vítima para servirem de testemunhas, tese esta refutada pela comissão processante no relatório final às fls. 66/69.

Nesse contexto, em que ausentes os requisitos de liquidez e certeza do direito invocado, é de rigor a denegação da segurança.

Ante o exposto, e sendo certo que o ato de exclusão, a bem da disciplina, em foco foi efetivado com respeito aos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, em observância à legislação castrense aplicável à espécie, **denego a segurança** pleiteada.

Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.

Recife, 13 de ~~Julho~~ de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator